

## GABINETE DO PREFEITO

**DECRETO Nº 11.142**  
**DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026**

***OUTORGA PERMISSÃO DE USO, A  
TÍTULO PRECÁRIO E GRATUITO,  
POR PRAZO DETERMINADO, DE  
BEM PÚBLICO QUE ESPECIFICA,  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.***

**ROGÉRIO SANTOS**, Prefeito Municipal de Santos,  
usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica permitido o uso, a título precário e gratuito,  
por prazo determinado, à Parada do Gordão Santos LTDA, CNPJ nº 59.301.383/0001-  
80, do bem municipal a seguir especificado:

“Espaço público em frente ao imóvel situado na Rua São  
Bento, entre os números 14 e 20, conforme layout anexado ao processo mencionado”.

**Art. 2º** A permissão de uso será outorgada pelo prazo de  
12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, às sextas-feiras, das 17h às 2h do  
sábado; aos sábados, das 12h às 2h do domingo; aos domingos e feriados, das 12h às  
24h; e vésperas de feriados, das 17h às 2h do dia do feriado; podendo ser renovada por  
iguais períodos, mediante celebração de aditamento ao Termo de Permissão de Uso,  
sem que seja excedido o prazo máximo de 5 (cinco) anos.

**Art. 3º** A permissão de uso tem por finalidade a  
realização de atividades de natureza cultural, artística e musical de acordo com a  
localização, croqui aprovado e demais procedimentos observados nos autos do  
Processo Administrativo nº 66483/2025-55 e conforme a decisão favorável da  
Comissão Municipal de “Happy Centro”.

**Art. 4º** A outorga da permissão de uso não gera nenhum  
direito ou privilégio à permissionária, podendo ser revogada a qualquer tempo, a

## GABINETE DO PREFEITO

exclusivo critério do permitente, por desvio de finalidade, descumprimento das condições estabelecidas ou quando o interesse público o exigir.

**Parágrafo único.** A revogação da permissão de uso não gerará para a permissionária direito a indenização de qualquer natureza, inclusive, por eventuais benfeitorias realizadas, ainda que necessárias, que passarão a integrar o bem e reverterão ao patrimônio municipal.

**Art. 5º** A permissionária obriga-se pela guarda e conservação do bem, e responde pelos danos que, em decorrência do uso, venha a causar, direta ou indiretamente, inclusive a terceiros.

**Art. 6º** Este decreto entra em vigor na data da publicação.

Registre-se e publique-se.

Palácio “José Bonifácio”, em 11 de fevereiro de 2026.

**ROGÉRIO SANTOS**

*Prefeito Municipal*

Registrado no livro competente.

Departamento de Registro de Atos Oficiais do Gabinete do Prefeito Municipal, em 11 de fevereiro de 2026.

**NATÁLIA LUCENA DOS SANTOS**

*Diretora do Departamento*